



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E
HISTÓRIA (ILAACH)

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ENSINO DE
HISTÓRIA E AMÉRICA LATINA

Posicionamento docente frente à implementação da BNCC e o Novo Ensino Médio

Rafaella Barbosa Alparone¹

Juliana Franzi²

Cíntia Fiorotti³

Resumo: A implementação do Novo Ensino Médio e da BNCC são duas mudanças resultantes de um mesmo processo de ampliação de políticas neoliberais no campo educacional em curso atualmente, porém, este ainda é um campo em disputa. Há amplos debates entre os profissionais de educação que acompanham e questionam este processo, apontando, continuamente, os erros e as consequências futuras para o desmonte da educação pública no país. O objetivo da pesquisa é investigar o posicionamento das entidades representativas dos profissionais de educação, com foco no estado do Rio de Janeiro, incluindo ainda as principais entidades nacionais. Assim, a investigação se faz por meio do levantamento de manifestos, notas e registros da promoção de debates em formação continuada, publicados e realizados com o intuito de se posicionarem e colocarem em pauta a execução da reforma educacional. Os agentes envolvidos na implementação se situam em diversos campos, favoráveis ou não a ela. Essa pesquisa busca apresentar e analisar parte destas discussões, de modo que sejam melhor observados os processos envolvidos em tal etapa de materialização do currículo no dia a dia das escolas.

Palavras-Chave: Novo Ensino Médio; Base Nacional Comum Curricular; Reforma Educacional; Sindicatos de professores.

¹ Estudante do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de História e América Latina e graduada em História-Licenciatura, ambos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atualmente é professora da rede privada de ensino na cidade de Rio das Ostras - RJ. Email: rafaella.alparone@outlook.com.

² Orientadora. Possui licenciatura em Pedagogia e mestrado em Educação, ambos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA - Foz do Iguaçu). Email: juliana.franzi@unila.edu.br.

³ Co-orientadora. Possui Licenciatura em Pedagogia (FAG), licenciatura e bacharelado em História (UNIOESTE), mestrado em História pela UNIOESTE, doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e pós-doutorado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente é professora na Unioeste Marechal Cândido Rondon e na SEED/PR. Email: cintiafiorotti@hotmail.com.

Resumen: La implementación de la Nueva Escuela Secundaria en Brasil y la BNCC son dos cambios resultantes del mismo proceso de expansión de las políticas neoliberales en el campo educativo actualmente en curso, sin embargo, este es aún un campo en disputa. Existen amplios debates entre profesionales de la educación que acompañan y cuestionan este proceso, señalando continuamente errores y consecuencias futuras para el desmantelamiento de la educación pública en el país. El objetivo de la investigación es buscar el posicionamiento de las entidades representativas de los profesionales de la educación, con foco en el estado de Río de Janeiro, incluyendo las principales entidades nacionales. Así, la investigación se realiza a través del levantamiento de manifiestos, apuntes y actas de promoción de debates en educación permanente, publicados y realizados con el objetivo de posicionarse y poner en agenda la implementación de la reforma educativa. Los agentes que intervienen en la implementación se ubican en varios campos, favorables o no a la misma. Esta investigación busca presentar y analizar parte de esas discusiones, para que se observen mejor los procesos involucrados en esta etapa de materialización del currículo en el cotidiano de las escuelas.

Palabras clave: Nueva Escuela Secundaria; Base Curricular Nacional Común; Reforma educativa; Sindicatos de profesores.

INTRODUÇÃO

Este artigo é apresentado enquanto um trabalho de conclusão de curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Ensino de História e América Latina, na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), e expõe um panorama investigativo sobre o posicionamento das entidades representativas dos profissionais de educação em relação a implantação do Novo Ensino Médio e da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), sendo, os dois, parte de um mesmo processo da atual Reforma Educacional Brasileira.

Desde o início da tramitação da reforma no poder legislativo, através da repentina aprovação da Medida Provisória 746 (MP 746/2016), passando pela aprovação da Lei do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017), pela elaboração e aprovação da BNCC no mesmo ano, e até o momento de chegada ao prazo final de implementação (5 anos), observamos os profissionais de educação demonstrando seu posicionamento crítico sobre a reforma educacional. Apesar disso, a motivação da pesquisa passa por um incômodo pessoal em que, na vivência cotidiana com o movimento sindical e estudantil, percebia a insuficiência da pauta e de debates sobre o tema entre estudantes e professores da educação básica, ao mesmo tempo em que pessoalmente vivia implementação do Novo Ensino Médio e BNCC na sala de aula. Assim, optamos por

analisar quais meios e de que forma os posicionamentos dos docentes se manifestam, através de suas entidades representativas, com foco nos sindicatos, associações e movimentos, uma vez que são próximos da base da categoria profissional. Estes foram escolhidos como fonte e registros de modo a se afastar dos documentos governamentais e se aproximar do ponto de vista dos profissionais de educação por meio dos manifestos, posicionamentos, notas, promoção de debates, aulas públicas, fóruns, seminários, produção de cartilha, cartazes, informativos e jornais.

O recorte está estabelecido sobre as entidades dos profissionais da educação do Estado do Rio de Janeiro, enquanto uma amostra de um Estado se movimentando politicamente e nos debates da educação, levando em conta a sua capital como a segunda maior rede municipal de ensino do Brasil, além de incluir um breve panorama do posicionamento das principais entidades nacionais. Foram observados documentos e publicações nos sites oficiais das entidades estaduais (SEPE, Sinpro Macaé e Região, Sinpro-Rio, Sinpro Niterói, Sinpro Lagos, Sinpro Nova Friburgo e Região, Sinpro Teresópolis, Sinpro Baixada, Sinpro Costa verde, Sinpro NNF, Sinpro Petrópolis, Sinpro campos e São João da Barra, Sinpro Sul Fluminense) e nacionais (ANDES-SN e MNDEM)⁴, de 2016, ano da MP 746, até março de 2022. Dentre estes documentos, priorizamos trazer para análise principal alguns dos documentos produzidos pelo SEPE, por representarem uma ampla parcela dos profissionais da educação no recorte definido.

Em tempo, para que esta pesquisa ganhe sentido é indispensável que estas ações sejam vistas enquanto posicionamento de professores *de fato*. Visto que, quando falamos de *entidades* temos a sensação da impessoalidade e de algo que se forma pela simples crença da existência. Entidades representativas são lugares de organização de pessoas identificadas por uma especificidade, neste caso a categoria dos profissionais docentes. Precisamos, deste modo, lembrar da composição individual desses núcleos, estas entidades representativas são formadas por professores e profissionais da educação, trabalhadores do dia a dia no espaço escolar. São pessoas que estão em diálogo e estão divulgando o posicionamento de uma maioria que, muitas vezes, deixam de se posicionar. Este artigo, portanto, busca entender e analisar o posicionamento destes trabalhadores da educação através de suas entidades representativas.

DESENVOLVIMENTO

⁴ SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro); SINPROs (Sindicato dos Professores municipais e regionais); ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior); MNDEM (Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio).

Os debates em torno das reformas educacionais no Brasil, sempre se fizeram presentes entre os profissionais de educação que acompanham os constantes ataques oriundos de reformas neoliberais no ensino. São estes os sujeitos que vivenciam e apontam, a todo momento, muitos dos desmontes e suas consequências futuras para a educação pública no país. Contudo, diante destas vivências dos profissionais da educação, podemos nos questionar onde podemos encontrar suas manifestações perante as reformas neoliberais e os impactos de tais reformas no trabalho docente? E, ainda, que coletivos são representativos do apoio a essas manifestações e posicionamentos?

Um debate legítimo que permeia o tema da reforma educacional é a relação injusta entre os agentes presentes na redação das leis e novos documentos estabelecidos *versus* aqueles profissionais que precisam colocar em prática o que foi decidido por outros, isto é, precisam colocar o “*currículo em ação*” como nos explica GERALDI, (1994). Na materialização definitiva da BNCC, fizeram parte do processo de escrita e organização do documento “membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e fundamentalmente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum” (MARSIGLIA, et al., 2017, p.108). O Movimento pela Base Nacional Comum é formado por representantes da Fundação Itaú, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Unibanco, consultora de educação do Banco Mundial, diversos representantes de faculdades privadas, entre muitos representantes ou ex-representantes de cargos públicos da educação, e alguns professores em exercício.

Além destes, conta também com o apoio institucional da Fundação Roberto Marinho, do ITAU BBA, do movimento Todos Pela Educação, do Instituto Inspirare e outros⁵. Assim, de forma categórica, baseado em Freitas (2018) e Marsiglia (2017), podemos considerar que a reforma educacional de 2016/2017 foi encaminhada pelo setor empresarial e não pelos profissionais que estão no dia a dia do ambiente educacional. Aqueles que vivem o currículo e estariam favoravelmente aptos às sugestões para a mudança, colocando-se na contramão das

⁵ Todos os participantes, as ideias e os princípios defendidos pelo Movimento podem ser conhecidos em: <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 07 março 2022.

prescrições advindas da BNCC, foram afastados do processo e ouvidos de forma secundária (SANTOS, 2021).

Os profissionais de educação tiveram muitos de seus debates e contribuições anteriores desconsiderados quando a mudança de governo foi estabelecida após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Santos (2021) nos dá um claro exemplo: "o substitutivo elaborado pelo Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2014, no entanto, ele foi deixado de lado quando a autoritária Medida Provisória se estabeleceu no governo de Temer." (SANTOS, 2021, p.55). Seis anos após o impeachment consolidado, temos clareza política daquele momento e do processo político que se seguiu, configurando, em nosso entendimento, um golpe de estado impedindo a presidenta eleita de seguir o seu mandato até a data final. As incertezas das motivações do processo judicial, a condução e votação midiática do caso, a falta de imparcialidade do poder judiciário, a atual extinção das ações contra Dilma sobre as pedaladas fiscais⁶, motivo oficial do impeachment, e a onda conservadora e reacionária dos governos posteriores nos levam a concluir por este posicionamento.

A mudança de orientação dos governos foi definitivamente essencial para as aprovações posteriores das medidas de orientação neoliberal, como a "PEC do teto de gastos" (Emenda Constitucional Nº 95), a reforma da previdência (Emenda Constitucional Nº 103), a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), e atualmente em caminhos de aprovação a reforma administrativa (PEC 32/2020), além do caminho tomado pela reforma educacional a partir da posse de Michel Temer. O avanço da política neoliberal no país e a retirada de direitos dos trabalhadores foi o resultado desse processo antidemocrático e de autoritarismo que tomou a reforma educacional como estandarte.

De modo geral, o estabelecimento e a criação de uma base curricular comum para todo o país é previsto na Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 (em seu artigo 26). Contudo é a partir de 2014, que este tema ganha força, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 anos, onde quatro das 20 metas tratam sobre a Base Nacional Comum Curricular. A versão inicial do documento foi colocada para consulta e debate em 16 de setembro de 2015, meses antes da abertura do

⁶ A notícia recente pode ser conferida em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/trf-2-extingue-acao-contra-dilma-por-supostas-pedaladas-fiscais/>> Acesso em: 01 abril 2022.

processo de impeachment. As versões posteriores sofreram grandes mudanças e foram seletivas quanto às contribuições à primeira versão (SANTOS, 2021).

A Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016), promulgada após o impeachment, forjou um caminho parecido. O ímpeto por construir uma nova formulação para a etapa do ensino médio da educação básica também consta na Constituição Federal de 1988 e passa por diversas fases, iniciativas e programas ao longo do tempo e das políticas públicas. A Medida Provisória, na mesma direção, partiu de um conjunto de formulações feitas anteriormente durante o governo Dilma nas proposições do Projeto de Lei nº 6.840/2013 (SANTOS, 2021). Porém, esta medida pegou os profissionais de educação de surpresa e representou uma atitude autoritária e antidemocrática, uma vez que o instrumento tem força de lei e pressiona a aprovação legislativa. Além de desconsiderar as mudanças propostas nas consultas públicas anteriores (SANTOS, 2021), novamente, os órgãos governamentais se utilizam desta posição de poder para deliberar sobre a reforma educacional sem respeitar todas as etapas de debates democráticos. Portanto, este é um questionamento que deve ser levantado sobre os reformadores, quando se trata de debater educação diversos campos e setores da sociedade tem soluções pretensamente “óbvias”, o que nos deixa uma impressão geral de que o profissional de educação comumente perde espaço e é descredibilizado para tais decisões.

Voltemos então nosso olhar para esses sujeitos. A implementação do Novo Ensino Médio e da BNCC passam por alguns terrenos e o professor é um dos principais agentes da reforma porque vive várias dessas dimensões de mudança. São elas, primeiramente, a inserção da nova estruturação do Ensino Médio e a orientação da BNCC nas escolas; segundo, a prescrição para a formação de professores inicial e continuada (BNC- Formação); e por fim o material didático que o professor utiliza também deve obedecer às novas adequações. Destaco aqui, é inimaginável pensar a educação hoje sem considerar os materiais didáticos, principalmente nas escolas privadas, os sistemas apostilados, cadernos, etc., tomam quase que total controle sobre o ensino e sobre o professor. Dessa forma, os professores lidam com esses três campos, que são distintos, mas que na vivência destes profissionais estão a todo momento em uso: o meio escolar, o meio acadêmico e o meio editorial.

Dentro do meio escolar existe ainda uma dimensão avaliativa que deve ser destacada. A pressão de avaliações internas e externas que buscam contabilizar o desempenho de estudantes, professores e unidades escolares, é realidade e impacta diretamente no profissional de educação, a escola que não atinge os números considerados satisfatórios é punida, e a escola

que está conseguindo realizar bem o seu trabalho recebe gratificações. Esta política de responsabilização, nomeada *accountability*, termo em inglês sobre gestão de empresas popularizado agora no campo educacional, tende a ser ainda mais acentuada com a padronização trazida pela BNCC. As avaliações cobram as “competências e habilidades” exigidas pela Base e fornecem os números para uma cobrança vertical sobre os profissionais de educação (FREITAS, 2018).

Ainda, devemos estar atentos também à produção acadêmica, como um meio de posicionamento frente às mudanças na Educação Básica. Aquilo que se escolhe investigar, compartilhar e publicar alimenta o espaço público de debate e devolve para a sociedade o investimento no meio científico. É comum a imagem do meio acadêmico distante dos debates do meio popular, sindical etc, mas os dois têm se alimentado neste período de críticas à Reforma educacional. Os sindicatos e associações divulgam e promovem debates sobre o tema junto aos profissionais da academia, aproximam grandes nomes da academia da base popular, mas também colocam professores da educação básica em paridade com os do Ensino Superior na mesa de debate, isso é essencial.

As implicações da reforma tem sua complexidade de entendimento e o tema tem sido destrinchado nos últimos anos dentro de grupos de estudos e centros de pesquisa. Assim, este diálogo estabelecido entre sindicatos e associações com seminários, congressos e debates públicos tem sido uma das melhores formas de oferecer acesso à produção de conhecimento aprofundado sobre a reforma educacional como um todo para os profissionais da Educação Básica. Devemos também lembrar que os realizadores das produções acadêmicas são professores-pesquisadores e não deixar prevalecer a dicotomia ensino-pesquisa.

METODOLOGIA

A investigação em tela amparou-se na pesquisa documental. Este tipo de pesquisa se debruça sobre “(...) materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, p. 45, 2002). No caso da presente pesquisa, elegemos como dados centrais para analisar os posicionamentos docentes frente à implementação da BNCC e o Novo Ensino Médio as notícias e registros alocadas em sites sindicais. Trata-se de um olhar sobre os documentos que constam nestes sítios, cabendo, reconhecer os limites da investigação uma vez que, possivelmente, outras ações/mobilizações sindicais ocorreram. Contudo, nossa fonte de análise, em consonância com a metodologia de

pesquisa escolhida, restringir-se-á a analisar as postagens de materiais registradas nos sites oficiais dos sindicatos, objeto desta investigação. Neste caminho, nos debruçamos sobre os sites oficiais das seguintes entidades educacionais:

- ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)
- SINPROs (Sindicatos Municipais dos Professores)
 - Sinpro-Rio (capital)
 - Sinpro Niterói
 - Sinpro Baixada
 - Sinpro Lagos
 - Sinpro Macaé e Região
 - Sinpro Campos e São João da Barra
 - Sinpro NNF (Norte-Noroeste Fluminense)
 - Sinpro Nova Friburgo e Região
 - Sinpro Teresópolis
 - Sinpro Petrópolis
 - Sinpro Costa verde
 - Sinpro Sul Fluminense
- SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro)

Nosso objetivo é investigar e analisar criticamente os posicionamentos de tais entidades, reunir informações e sintetizar o que a categoria docente tem produzido e analisado sobre a reforma educacional, dando enfoque à leitura crítica e ao posicionamento trazido por professores que estão no “chão da escola”. Isso porque, esses trabalhadores da educação têm encontrado barreiras para ganhar os espaços institucionais de decisões em políticas públicas para a educação. O material encontrado passa por divulgações de debates, congressos e seminários, em sua maioria online (live), que têm como tema central o Novo Ensino Médio e a BNCC, manifestações, aulas e atos públicos, redações de manifestos, posicionamentos e notas de entidades representativas gerais, por escolas e por áreas específicas de formação, divulgação de etapas de elaboração e aprovação de documentos das redes de ensino, produção e divulgação de vídeos informativos e de posicionamento, produção de material digital e impresso como cartilhas, jornais e panfletos informativos.

Incluimos também em nossas considerações e análises o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio (MNDEM) por ter tido uma grande responsabilidade na promoção do debate, com o acúmulo que já tinham, e no incentivo às resistências contra a BNCC e a Reforma do Ensino Médio. O Movimento é uma iniciativa do Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná junto à 10 entidades do campo educacional⁷, e nasce com um manifesto em defesa de uma formação humana e integral, em 2014. O Observatório existe desde 2010 e se dedica a pesquisa sobre políticas educacionais para o ensino médio no Brasil, sob a coordenação da professora Mônica Ribeiro, a qual hoje é também referência no tema da reforma educacional e curricular.

Após a MP da Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016), em 2016, foram criados por eles iniciativas de grupos de pesquisa e projetos educativos e de conscientização, um sem-número de publicações de artigos, matérias e entrevistas, livros, cartilhas, documentários e a realização de seminários, palestras e eventos sobre o tema. O pico de publicação e movimentação no site oficial é em 2016, com destaque para momento do movimento de ocupações de escolas que inicia no estado do Paraná e posteriormente se espalha pelo Brasil, porém o Observatório mantém uma constância nas produções e no oferecimento de formação política aos profissionais da educação até o momento presente. Essa constância de publicações ao longo dos últimos cinco anos é um dado de destaque, uma vez que nos sindicatos de professores constatamos, de forma contrária, uma instabilidade e variação grande ao longo dos anos.

Além disso, as páginas de cada uma dessas entidades no site de vídeos YouTube estão tomadas com produções e debates sobre o assunto.⁸ É inegável que este tem sido um tema chave no ambiente de lutas por melhores condições de trabalho dentro das entidades representativas. Ainda que o tema da reforma educacional tenha sido pacificado e afastado das manifestações de rua no período da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), por motivo do isolamento social, do ensino remoto e da nova carga de trabalho aumentada que afastou os professores dos

⁷ O Movimento Nacional pelo Ensino Médio foi criado por dez entidades do campo educacional – ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da educação), CONIF (Conselho Nacional Das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica) e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e foi criado no início de 2014 com vistas a intervir no sentido da não aprovação do Projeto de Lei nº 6.840/2013.

⁸ Alguns exemplos são: Página de videos do ANDES-SN - <https://www.youtube.com/c/sindicatoandes/videos> ; Página de videos do SEPE - <https://www.youtube.com/c/SepeRJoficial/videos>

movimentos presenciais de posicionamento político. Porém, este foi um debate que continuou no meio online através das transmissões ao vivo e cursos de formação remota.

Portanto, diante da grande quantidade de material produzido, não temos a pretensão de esgotar a análise sobre todos eles, mas de trazer produções centrais que consideramos contribuir para o objetivo de nosso trabalho.

ANÁLISE DOS DADOS ADVINDOS DOS SITES SINDICAIS

Desde 2016, ano que foi marcado pelos conflitos em torno destas mudanças impostas, essas entidades também estiveram em apoio à primeira expressão espontânea contra a reforma educacional: o movimento de ocupações de escolas que inicia no Paraná no mês de outubro e se espalha por todo o Brasil durante o ano seguinte⁹. Naquele contexto de ataque aos direitos da classe trabalhadora pelo governo Temer, se articularam ações de resistência não só contra a MP 746, mas também contra a PEC do teto dos gastos públicos e a contrarreforma trabalhista e da previdência. Além das ocupações houve manifestações, paralisações e greves feitas pelos estudantes, professores, movimentos sociais, grupos políticos e outros segmentos do funcionalismo público.

Ainda que não seja o objetivo desta pesquisa falar sobre o movimento estudantil, por muitas vezes a categoria docente se apoia neste e vice-versa, assim, é importante citá-lo pelo seu pioneirismo, pela sua associação com o tema central deste trabalho e pela sua ligação com o movimento sindical. Após a divulgação da MP 746, as manifestações dos professores ganharam corpo junto com as mobilizações estudantis, por exemplo quando o Sindicato dos professores da rede estadual de ensino básico do Paraná (APP-Sindicato) e o Sindicato dos docentes da Unioeste e da UEPG anunciaram convocação de greve três dias após o início das ocupações iniciadas pelos estudantes (MINUCELLI et. al, 2016), incluindo nas reivindicações o protesto contra a MP.

⁹ Em outubro de 2016, um movimento de ocupação de escolas começou no estado do Paraná em protesto à MP 746/2016 da reforma do ensino médio e contra a PEC 241/2016, para o congelamento de gastos. Mais de mil locais foram ocupados pelos estudantes em 22 estados do Brasil, entre escolas, Câmaras Municipais, Núcleos Regionais de Educação e Universidades, além de diversas manifestações de rua. Informações disponíveis em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento> > . Acesso em: 18 jan 2022. Para melhor visualização das ocupações recomendamos o documentário “República do Caos” que pode ser encontrado no YouTube.

Assim, a seguir pretendo apresentar um panorama geral e apontar alguns marcos de posicionamento das entidades sindicais listadas para situar o leitor nesta trajetória, e depois direcionar o foco de pesquisa sobre a atuação do SEPE.

- **ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

Iniciando pelo ANDES-Sindicato Nacional, identificamos que a entidade inaugurou um novo site oficial em junho de 2018, as notícias anteriores a esta data não podem ser acessadas. Por esta razão, buscamos conhecer estes registros de notícias de forma alternativa através dos compartilhamentos de links pelo Facebook, a rede mais utilizada para se comunicar no contexto entre 2016 e 2018, na página oficial do ANDES-SN. Dessa forma, sabemos que desde o início do ano de 2016 o Sindicato se posiciona e produz análises sobre a Reforma educacional.

Por exemplo, podemos encontrar o documento do primeiro posicionamento oficial do ANDES sobre a reforma¹⁰, em seu 35º congresso, realizado em janeiro de 2016. Este nos mostra que já durante a tramitação do impeachment começam as proposições e propagandas nos veículos de comunicação sobre a aprovação e construção de uma BNCC embalada por valores neotecnicistas e neoliberais. Nesta nota também, o ANDES, desde já, marca seu posicionamento contrário à uniformização e centralização dos conteúdos, e alerta para as tendências internacionais de controle e responsabilização via reforma curricular, temática que é objeto de estudo de diversas pesquisas desde aquele momento até atualmente.

Nos anos que se seguiram, as principais ferramentas do ANDES-SN para pautar os ataques à educação pública foram a organização dos Encontros Nacionais de Educação (ENE's), a publicação regular do jornal informativo mensal "InformANDES" (online e impresso) com a pautas sobre o tema, e a publicação de cartilha/revista com análises mais aprofundadas produzidas pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN¹¹. Estas cartilhas apresentam um material muito rico para o debate da educação pública no Brasil, mesmo quando o tema não é exclusivamente a Reforma do Ensino Médio. Por exemplo, as cartilhas do Projeto do Capital para a Educação pautam, dentre outras coisas, as OS (Organizações Sociais) como ferramentas neoliberais, o EAD (Ensino à Distância) dentro das

¹⁰ "NOTA POLÍTICA DO ANDES-SN SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)". Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-2053556448.pdf>>. Acesso em: 28 fev 2022.

¹¹ Todas as produções editoriais do ANDES-SN podem ser acessadas em:< <https://issuu.com/andessn>>. Acesso em: 28 fev 2022.

reformas educacionais, a política do Banco Mundial para a educação brasileira. Assuntos essenciais no aprofundamento do debate da privatização do ensino público e do caráter da reforma.

O primeiro ano de transcurso, 2017, é marcado por tentativas de reverter a aprovação da Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio) e a escrita da BNCC. Um novo grande momento de mobilizações e posicionamento começa a partir do envio da proposta de aprovação da BNCC do Ensino Médio, em 3 de abril de 2018, que será tramitado ao longo deste ano.

Ao final de 2018 e após as eleições vencidas pelo presidente Jair Bolsonaro, as mobilizações sobre a Reforma Educacional em si, parecem perder espaço para as mobilizações contra o “Escola Sem Partido”¹², diante do crescimento do movimento que tentava aprovar o projeto de lei de mesmo nome (PL 7180/14) na câmara federal, desde 2014. Tentativas de aprovar o projeto se repetem ao longo dos anos a níveis estaduais e municipais, mobilizando esforços consideráveis da categoria docente para impedir tal avanço.

Na sequência dos acontecimentos, nos anos de 2019 e 2020, se consolida um governo de constantes ataques aos direitos dos trabalhadores, a implementação da reforma trabalhista (lei 13.467/2017), projeto Future-se, reforma da previdência (EC 103/19), nomeações e intervenções nas IES, expansão do Ensino À Distância, o descaso com a pandemia e questões com o ensino remoto improvisado, acusações e envolvimento de Bolsonaro em crimes de corrupção, pedidos de impeachment, reforma administrativa (PEC 32/20), e, conseqüentemente, o foco das mobilizações seguem a conjuntura do momento. Mesmo com grandes mobilizações sobre as mais variadas pautas nacionais e inclusive com o “tsunami da educação”, quando milhares foram às ruas de todo país contra o corte de 30% na pasta, o tema da Reforma Educacional não esteve presente nas chamadas ou notícias.

O Novo Ensino Médio e a BNCC não aparecem mais nas chamadas das principais mobilizações noticiadas no site desta entidade até agosto de 2021, porém o tema circula nas pautas e debates dos congressos, seminários nacionais e parte dos encontros regionais

¹² O Escola Sem Partido é um movimento político conservador que se apresenta como representante de pais e estudantes em combate a uma suposta doutrinação ideológica presente nas escolas brasileiras. Foi criado em 2004, mas atingiu popularidade a partir de 2014/2015 quando o presidente da associação, com o apoio da família Bolsonaro, redige um projeto de lei que começa a ser apresentado em diversas instâncias legislativas. O Escola Sem Partido é articulado por políticos ultraliberais e fundamentalistas religiosos do neopentecostalismo, influenciando inclusive na elaboração da BNCC e nas eleições de 2018. Informações oficiais podem ser encontradas no site: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>> . Acesso em: 08 jul 2022.

realizados ao longo desses anos. O Andes-SN mantém também a publicação de cartilhas com aprofundamento de debate sobre a reforma e sua implementação. Destaco aqui que no primeiro mês de isolamento pelo Covid, março de 2020, o Andes-SN noticia a realização de “lives” semanais na página oficial do Sindicato no Youtube como novo canal de comunicação. A partir desta data o site de vídeos é preenchido com transmissões ao vivo e produções audiovisuais de campanhas ou informativos das pautas recorrentes. Mostrando claramente como a plataforma e o formato de encontros online por transmissão de vídeo se tornou ativo no meio docente.

Em agosto de 2021, o Andes, pela primeira e única vez desde 2018, faz uma publicação em seu site noticiando a implementação do Novo Ensino Médio pelo Ministério da Educação a partir de 2022, contextualizando de forma bem completa do que se trata a Reforma Educacional, esclarecendo as contradições e as próximas etapas, além de marcar seu posicionamento contrário à esta política. Também no mesmo mês, a BNCC e a Reforma Educacional aparecem como tema principal do 56º Encontro Regional Nordeste III transmitido em duas lives pela página oficial do Andes-SN no Youtube.

Em síntese, nos debruçando sobre o site oficial do ANDES-SN, podemos constatar que o debate está presente intrinsecamente na categoria, porém com um enfoque maior das notícias em 2017 e retomando esse empenho agora em 2022, ano de implementação da Reforma Educacional. É importante pontuar que neste tempo onde a Reforma possivelmente esteve fora das principais pautas nacionais noticiadas, terá consequência direta no afastamento do interesse categoria de educadores sobre o tema e na possibilidade de acesso à informação, ponderando até mesmo os professores que estiveram em processo de formação inicial ou aqueles recém-formados neste tempo em que a pauta esteve fora de foco e que irão vivenciar constantemente este novo cenário pelo resto de suas vidas profissionais.

- **SINPROs**

Os SINPROs são os Sindicatos dos Professores de rede privada, abrangendo ensino básico e superior, sendo segmentados em municípios e regiões. Trazemos o foco para o estado do Rio de Janeiro, buscando um panorama geral de análise sobre os SINPROs listados anteriormente. Contudo, um empecilho limitou nossa busca. Nos dedicamos a buscar as notícias nos sites dos 12 sindicatos, mas nos deparamos com sites desorganizados e com pouca funcionalidade, os quais em sua maioria não houve possibilidade de busca de notícias antigas, é o caso dos sites oficiais do Sinpro Niterói, Sinpro Lagos, Sinpro Nova Friburgo e Região,

Sinpro Teresópolis, Sinpro Baixada, Sinpro campos e São João da Barra e Sinpro Sul Fluminense. Além disso, encontramos o site Sinpro Costa verde com acesso indisponível. Assim, conseguimos visualizar somente as notícias do sites do Sinpro Macaé e Região, Sinpro-Rio, Sinpro Petrópolis, e Sinpro Norte-Noroeste Fluminense, porém as publicações relacionadas à Reforma Educacional são escassas, sendo o Sinpro-Rio o sindicato mais ativo com 18 notícias totais sobre o tema, desde de 2016, concentrando o máximo de oito notícias em 2021, ano em que há um retorno ao debate sobre a implementação do *Currículo Carioca*¹³.

Com isso, a abordagem do tema de pesquisa nesta etapa de análise dos SINPROs ficou comprometida. Até mesmo buscando vias alternativas para um panorama sobre a movimentação dos SINPROs em relação ao tema, como a busca de notícias pelas páginas oficiais no Facebook, muitas delas são ativas atualmente, porém não foram encontradas novas notícias ou publicações sobre a Reforma Educacional ou uma movimentação relevante sobre o tema. Como já dito anteriormente, este dado impacta diretamente na formação política dos professores, no acesso amplo às informações sobre o tema, na busca por alternativas à reorganização curricular, e impacta também no avanço fluido da Reforma sem resistências firmes. O que nos leva a indagação sobre os possíveis motivos em relação à dificuldade de tais sindicatos, de proporção menor, inclusive, se organizarem virtualmente, visto que este se tornou um meio indispensável durante o contexto de pandemia do Covid 19 e se mantém como grande canal de comunicação mesmo após o retorno das atividades presenciais com o avanço do volume de vacinações.

- **SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro)**

O SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro) é o sindicato com maior abrangência no Estado e com maior expressividade, incluindo redes públicas e privadas, a partir de uma estrutura de direção colegiada com 48 membros, além de levarmos também em consideração seus 45 anos de fundação. Ao início das pesquisas no site oficial do SEPE, não foram possíveis encontrar notícias com pauta principal relacionada a Reforma Educacional nos anos de 2016 e 2017, o tema aparece somente se investigarmos mais

¹³ O Currículo Carioca faz parte da reorganização curricular da cidade do Rio de Janeiro e será exposto de forma mais completa na etapa seguinte de análise do SEPE.

a fundo de forma pontual em dois casos, um boletim direcionado a rede municipal do Rio de Janeiro, de fevereiro de 2017, e na resolução do XV Congresso publicada em agosto de 2017.

Podemos encontrar a primeira declaração sobre a BNCC e Reforma do Ensino Médio somente em 2 de agosto 2018, a partir daí começam uma série de publicações associadas ao tema como um boletim em parceria com a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), um artigo do professor Gaudêncio Frigotto, especialista no assunto, divulgação de debates e plenárias por núcleo de estudo e por região, um seminário estadual com o tema "A quem interessa o projeto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?" e assembleias da rede estadual com resoluções e campanhas de mobilização contra a BNCC e as Reformas da educação. Em 28 de agosto é publicado um abaixo assinado online pela revogação da BNCC, no momento de escrita deste artigo a petição contabilizava em torno de 34.482 assinaturas. Para o fim desse primeiro mês de movimentação no tema, o SEPE noticiou a organização de uma caravana para Brasília para a audiência pública sobre a BNCC.

Em setembro o SEPE convoca a categoria, através de um boletim informativo, para debater a proposta de orientação curricular da Secretaria Municipal de Educação (SME RJ). Este é um documento interessante, porque mostra a BNCC e as novas determinações da Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio) chegando nas redes escolares revelando a falta de um debate completo, as dúvidas e as possibilidades de interpretações diferentes que abrem lacunas para diversas formas de execução da lei. Seguem reuniões com outras entidades sindicais da educação, ciclo de palestras, seminário de formação, debates e rodas de conversas regionais. São realizadas também greves de advertência, com a duração de 24 ou 48 horas, participação nas paralisações nacionais, e uma jornada de formação organizada pelo ISERJ (Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro). É de destaque que, ao final de 2018, os debates se voltaram à tramitação do “Escola Sem Partido” nas câmaras municipais e é curioso como parece que esse tema toma lugar nas pautas dos atos e assembleias e consome um pouco do espaço sobre a BNCC e o Novo Ensino Médio.

Por fim, em 5 de dezembro de 2018, o sindicato publica uma nota, após aprovação da BNCC do Ensino Médio pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e posteriormente uma resolução política para o ano seguinte. A primeira nota destaca a forma como foi conduzida a votação sem publicidade da pauta da sessão e o aproveitamento da situação de preocupação da categoria de professores com o Projeto de Lei Escola Sem Partido (PL nº 7180/14), chamado pela categoria de “Lei da Mordça”, em tramitação no Congresso Nacional. Assim, a decisão

foi feita sem votos contrários sobre um documento repleto de críticas dos profissionais da educação. A resolução política alerta para os desafios a serem enfrentados no próximo ano após as eleições de Bolsonaro para o governo federal e Witzel para o governo do estado do Rio de Janeiro. Dentre diversas questões alertando para o ataque aos direitos dos trabalhadores está também o Novo Ensino Médio, o novo currículo aprovado e a política empresarial para a educação pública. Ainda, o Sindicato diz enxergar o estado do Rio de Janeiro como “laboratório” das políticas neoliberais em curso.

A primeira metade do ano de 2019 tem como foco mobilizações contra a Reforma da Previdência e nada sobre a Reforma Educacional se apresenta. Ao primeiro dia de setembro, ocorre o III Congresso Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Coed), o qual o SEPE, levando as propostas da categoria anteriormente debatidas e aprovadas em assembleia e fóruns, aborda a pauta da BNCC na Educação Infantil e Ensino Fundamental, assim como a Reforma do Ensino Médio.

Além deste, o outro destaque para esse ano é o retorno ao debate do *Currículo Carioca*, no início de dezembro, que havia sido apresentado há pouco mais de um ano e agora é proposto pela SME RJ (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro) para aprovação no Conselho Municipal de Educação. Em nota o SEPE destaca o processo conturbado de aprovação da Base Nacional, feita em meio a polêmicas e discordâncias, e lista três pontos principais sobre as motivações do porque ser contra a aprovação do “currículo carioca” dessa maneira. As razões se resumem em: a falta de um debate aprofundado no município, a desdenha com a proposição do SEPE em estabelecer o debate em cada Coordenadoria Regional (CRE), e a falta de motivo para uma decisão apressada visto que o prazo transcorria ainda ao longo do próximo ano de 2020.

O ano de 2020 é tomado pela pauta das terceirizações, da implementação do projeto das escolas cívico-militares criado pelo MEC em diversos municípios do Brasil, e principalmente da pandemia do Novo Coronavírus. Somente em setembro voltamos ao tema objeto de pesquisa com a notícia de uma conquista do sindicato e da categoria relacionada à reforma curricular. Desde o início da reorganização curricular na cidade do Rio de Janeiro, com uma proposta publicada ao final de 2018, o SEPE esteve pressionando os órgãos responsáveis a aprofundar o debate e torná-lo amplo antes de qualquer aprovação, atingindo cada unidade escolar. Após audiência realizada em setembro de 2020 esse compromisso começa a ser colocado em prática com a publicação de um calendário oficial pela SME RJ de discussão sobre o tema nas escolas.

O SEPE incentiva as organizações locais e promove um debate em *live* em seu canal de vídeos do youtube para aprofundamento do debate curricular.

O ano de 2021 é um ano movimentado sobre as pautas da Reforma Curricular. São mais de 40 notícias no site oficial do SEPE que incluem a reforma, enquanto nos outros dois anos anteriores apenas quatro notícias foram encontradas, duas em cada ano. Essa diferença brutal nas notícias oficiais revela um retorno inadiável à pauta, uma vez que as secretarias de educação começam a avançar sobre a implementação dos novos currículos, em âmbito municipal e estadual, pois 2021 é o último ano de espera para implementação, em 2022 a primeira série do Ensino Médio deve obrigatoriamente funcionar nas novas regras.

Portanto, desde janeiro o sindicato incluiu a pauta da reforma curricular em audiências com a SME RJ, a qual, em sequência, publicou a nova matriz curricular municipal (Resolução SME N.º 246, de 02 de fevereiro de 2021). Ao longo deste ano ocorreu um grande número de audiências com a SME RJ, além de reuniões específicas com a secretaria de educação do estado (SEEDUC RJ) para tratar da reforma curricular, solicitando o adiamento da reforma e da implementação do novo currículo, sob argumento de dois anos de pandemia ter impossibilitado o debate e resoluções sobre o assunto.

Em paralelos às reuniões com os órgãos governamentais, há também uma constante realização de assembleias da categoria, organização de plenárias sobre o tema, elaboração de material informativo impresso, digital e audiovisual, tudo isso noticiado no site oficial. Além disso, o Sepe convoca constantemente os profissionais de educação para que denunciem, junto ao Ministério Público, as escolas onde a Secretarias não tenham realizado uma consulta ampla e democrática sobre o tema.

A partir da metade do ano de 2021 podemos observar a publicação de posicionamentos de diversas unidades escolares e entidades através de notas oficiais e manifestos próprios. Também, a emissão de um novo abaixo assinado online¹⁴, mesmo já existindo uma petição online aberta, publicada em 2018, que hoje atinge quase seis vezes mais assinaturas do que esta segunda apelação. Em setembro é divulgado um ato de grande importância do sindicato, o departamento jurídico do SEPE entra com uma ação na justiça pelo adiamento da Reforma do

¹⁴ O abaixo assinado pode ser acessado em: <https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/seeducrj_pela_suspensao_da_implementacao_da_reforma_do_ensino_medio_pela_seeducrj/?fbclid=IwAR3u3Gk5vk8u9qhx8M3FhtP6lnXtbcgLvLfxDulwBPTEgv9xFvSsIeikLEA>. Acesso em: 15 jun 2022.

Ensino Médio, e em 10 de novembro é aprovada na Assembleia Legislativa (ALERJ) o Projeto de Lei (PL 4.621/2021) que adia a implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio de Janeiro .

No último mês do ano, um novo grande enfrentamento ocupa as mobilizações publicadas pelo SEPE, o Governador do Estado, Cláudio Castro, veta o Projeto de Lei 4.621/2021, aprovado em instância anterior. Esta pauta sobre o veto do governador irá continuar tomando as mobilizações e notícias nos primeiros meses do ano seguinte de 2022. Além de logo começar a publicação de alguns *feedbacks* do início do ano letivo com o novo Ensino Médio sendo colocado em prática e evidenciando já alguns problemas de organização, “com professores fora do quadro de horário, disciplinas sem ementas e grande evasão escolar”¹⁵.

O SEPE, na ação de professores eleitos para representar a categoria, se movimentou no ano de 2021, através do site oficial, de forma assídua na busca por oferecer suporte, apontar caminhos e incentivar a organização do debate dentro das escolas, além de utilizar das ferramentas ao seu alcance enquanto entidade representativa para pressionar e recorrer aos órgãos competentes. Apesar disso, esta intensificação no debate se apresenta de forma tardia após dois anos de apatia, 2019 e 2020, além de demorar até se posicionar de fato e iniciar a divulgação do debate sobre o tema, no tempo em que se mostrou ausente desde a imposição da MP 746/2016 até a metade do ano de 2018 quando faz seu primeiro posicionamento. Considero importante pontuar que em julho de 2018 ocorreu eleição para uma nova diretoria do Sindicato, marcando o fim da gestão 2015/2018, e chama atenção esta data próxima da primeira publicação de posicionamento e divulgação da Reforma, em agosto de 2018. Este tempo “fora de pauta” também foi identificado em outros sindicatos analisados e, como exposto anteriormente, compromete profundamente a formação sobre políticas educacionais da categoria docente representada, consequentemente influenciando o avanço da Reforma Educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵ SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SEPE. O NOVO ENSINO MÉDIO PROVOCA CAOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS. Disponível em: <https://seperj.org.br/o-novo-ensino-medio-provoca-caos-nas-escolas-estaduais/> Acesso em: 03 de julho de 2022.

A análise sobre as notícias nos sites oficiais dos movimentos sindicais foi uma forma de encontrar os registros das vivências docentes e suas manifestações. Esta se mostrou como uma possibilidade rica de entrar em contato com toda a informação, debates, encontros e posicionamentos de professores acumulados nos últimos anos sobre a reforma neoliberal para a educação brasileira. No andamento da pesquisa foram encontradas dificuldades com documentos indisponíveis e notícias antigas que não poderiam ser acessadas integralmente, além das entidades municipais e regionais do estado do Rio de Janeiro que não tinham uma boa estruturação de sites oficiais. Estas dificuldades não impediram o andamento da pesquisa, porém são dados a serem considerados, uma vez que se tratam de ferramentas de comunicação que poderiam ser tratadas com maior padronização oficial e admitida a preservação dessas notícias como documentação histórica. Ainda, para tornar possível o trabalho desta pesquisa abordamos o foco no estado do Rio de Janeiro, além de duas importantes entidades nacionais, sendo este um recorte pequeno que deve ser levado em conta diante da centena de entidades de profissionais da educação, entre sindicatos, associações, federações e confederações, que existem no Brasil.

Desde de o início das análises podemos perceber que está presente nos manifestos uma grande preocupação com a qualidade do ensino público e a garantia de que os estudantes tenham acesso à todas as disciplinas escolares e à formação completa, fato este que corre riscos diante da nova estruturação curricular que retira obrigatoriedade de muitas disciplinas e promete uma falsa sensação de escolha dos itinerários formativos, já que as escolas não têm obrigatoriedade de oferecer todos os itinerários. No Rio de Janeiro, os manifestos mais recentes expressam reclamações sobre a implementação da reforma questionando o curto prazo na aplicação de questionários e formulários consultivos pelas secretarias de educação, sem levar em consideração o contexto pandêmico com suspensão de atividades presenciais, neste sentido se posicionam pela ampliação do debate coletivo da comunidade escolar com secretarias.

Ainda no estado, há o resgate de problemas antigos que não foram resolvidos que mostram uma falta de comprometimento dos órgãos competentes com uma educação de qualidade, gerando um cenário de desconfiança na base de professores sobre implantação do Novo Ensino Médio, uma vez que se tenta implementar um novo projeto educacional que necessita de mais estrutura física, de reformulação do quadro de professores e de novas determinações sobre o currículo que ainda não estão completamente formuladas.

Foi possível observar que os profissionais de educação de forma geral expressam algumas posições em comum, como por exemplo, quando se posicionam contra o agrupamento de disciplinas por áreas de conhecimento, fato que não resolve a falta de interdisciplinaridade no cotidiano escolar. Se expressam também contra a redução da carga horária de disciplinas não obrigatórias em detrimento do aumento de carga horária nas disciplinas obrigatórias (principalmente Matemática e Língua Portuguesa), contra o “notório saber” que possibilita profissionais sem formação para licenciatura atuar como docentes no itinerário de formação profissional e técnica, contra as parcerias público-privadas permitidas pela inclusão do parágrafo 11 do artigo 36 da LDB que possibilita “convênios com instituições de educação a distância” de desconhecimento público nas escolas, contra a precarização geral da formação básica identificada na nova reforma, e, ainda, o principal argumento contrário a Reforma gira em torno da medida autoritária à qual ela foi imposta e a falta de democratização do debate nos anos decorrentes.

Captamos também uma evidente inconstância nas notícias e mobilizações, dos sindicatos nacionais e estaduais analisados, sobre a reforma neoliberal em curso. Os grandes volumes de notícias se concentram em 2021, último ano de implementação. Tal dado nos leva novamente a duas observações: a falta de preservação de notícias e documentos passados, que pode influenciar nos dados, e a demora em organizar uma resistência e debates massivos sobre a reforma até que ela chegue de forma alarmante nas escolas com as novas proposições de currículo. Os variados momentos de ausência tem grande impacto na formação de professores, profissionais recém-formados e na (in)formação política daqueles que estão dia a dia nos ambientes escolares, fato que também influencia no avanço da Reforma Educacional.

Por fim, voltemos o olhar para o momento em que os professores estavam vivendo, e principalmente na Educação Básica: de sobrecarga de trabalho agravada na pandemia com o ensino remoto emergencial e toda a pressão sobre o professor que o afasta das movimentações políticas significativas de resistência por melhores condições de trabalho e de ensino. Nas instituições particulares e públicas, vestir a camisa, ser um *colaborador* exemplar, trazer a bonificação por resultados, manter o compromisso com a imagem do colégio, ter a responsabilidade por educar em meio ao temor da pandemia e, antes dela, a precarização desgastante do trabalho do profissional de ensino. É essa a panela de pressão do dia a dia das escolas. A proletarização do professor foi concretizada na forma básica de retirada de autonomia, onde se cobra a competência do engajamento profissional em um contexto de alienação do trabalho. Ignorar todo esse contexto para pensar as mobilizações desses sindicatos nos últimos anos seria desvalidar este trabalho.

O papel da academia, neste sentido, também aparece evidente na importância da mobilização do ANDES-SN e do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, promovendo formação, produção de materiais, divulgação e encontros buscando debater o tema. A conexão dos professores enquanto categoria pode criar melhores condições para o trabalho docente em todos os níveis. No *currículo em ação* (GERALDI, 1994) os professores são os principais sujeitos, então qual é a forma que vai ser dada a esse currículo nas práticas escolares e na vida das pessoas? A partir de um comprometimento com uma educação de qualidade e uma dedicação à uma formação inovadora é possível inclusive responder aos testes padronizados, sem abrir mão de uma formação integral. Para que o currículo se atualize é necessário que os professores tenham condições de se manter enquanto intelectuais em constante formação, além de promover o compartilhamento de saberes acadêmicos e momentos de organização do currículo dentro da escola com seus pares e toda a equipe, este deve ser um trabalho necessariamente coletivo e consciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

GERALDI, C. M. G. Currículo em ação: buscando a compreensão do cotidiano da escola básica. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 5, n. 3, p. 111–132, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644307>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MINUCELLI, C. P.; SANTOS, J. A. S.; DOMBROWSKI, O. #Ocupaparaná: as ocupações das escolas públicas paranaense em outubro de 2016. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 24, n. 47, p. 247–274, 2016. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11123>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SANTOS, SAYARAH CAROL MESQUITA DOS. **A dualidade na educação brasileira a partir da contrarreforma do ensino médio de 2016/2017**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Recife, PE, p. 147, 2021.